

ALMADA V.N. GAIA SEIXAL EM REPORTAGEM

Págs. 9/10/11/12

o diário

Director: Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • N.º 280 • Preço 6300 • 11-12-76 • Propriedade de Editorial Caminho



ÁGUA: CONFIANÇA E REPÚDIO POPULAR CONTRA DESESPERO DOS BOMBISTAS

Os efeitos do ataque terrorista a uma conduta de água fizeram-se sentir especialmente ontem, na região de Lisboa. Os agentes das forças reaccionárias não conseguiram, ainda desta feita, lograr os seus intentos: a população, repudiando a prática de semelhantes actos criminosos, agiu serenamente, procurando o precioso líquido onde ele eventualmente corria. Espera-se que o fornecimento de água comece hoje a ser normalizado. O povo já não se deixa intimidar e percebe o desespero da reacção. Só não percebe é que se libertem bombistas em vez de se prenderem os marginais que impunemente vão atentando contra a liberdade, a democracia e a segurança das pessoas.

(Pág. 20)

TRIBUNAL DA RELAÇÃO FEZ JUSTIÇA

LISTAS «POVO UNIDO» PRESENTES EM TORRES CADAVAL E SOBRAL

- FESTA POPULAR DE REGOZIJO
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA CENSURA GOVERNO PELA UTILIZAÇÃO ILEGAL DA TV

O Tribunal da Relação de Lisboa deu ontem provimento ao recurso interposto pela Frente Eleitoral Povo Unido contra a decisão do juiz da comarca de Torres Vedras que tinha indeferido as listas da FEPU nos concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Cadaval.

Foguetes estouraram em Torres e nas aldeias vizinhas quando a notícia ali chegou ao fim da tarde. Centenas de democratas manifestaram nas ruas a sua euforia por ter sido feita justiça e derrotada a insólita posição assumida pelo juiz da comarca. Activistas locais da FEPU e dos concelhos limítrofes percorreram em

caravana automóvel diversas localidades perante o entusiasmo das populações. «Como resultado desta decisão — assinala o Gabinete de Imprensa da FEPU em comunicado — as listas do Povo Unido naqueles concelhos e respectivas freguesias estarão legalmente presentes à votação do próximo domingo e poderão, por isso, ser objecto da opção do eleitorado».

O juiz da comarca de Torres Vedras, João Barroso de Moura — preso em Angola por altura da independência da RPA e enviado para Caxias onde esteve detido algum tempo acusado de pertencer ao ELP — «decretara»

a inexistência jurídica da Frente Eleitoral Povo Unido, alegando caritivamente não haver prova de que, por exemplo, Octávio Pato e Herberto Goulart tenham qualidade representativa, respectivamente do PCP e MDP/CDE. Além disso e desrespeitando o estabelecido numa nota do Ministério da Administração Interna, alegou igualmente que o anúncio público, num jornal diário, sobre a formação da FEPU não era prova suficiente sobre a sua legalização.

Aquele magistrado condiderara também que as declarações dos candidatos da

Frente não estariam em condições de aceitação legal, quando na verdade elas estavam redigidas de acordo com o exigido pela lei, como o comprova o facto de os juizes das restantes 194 comarcas do Continente terem aceite as listas da FEPU, redigidas de modo idêntico às dos concelhos de Torres, Sobral e Cadaval.

Registo METER ÁGUA

O PPD é um partido curioso. A mudança provisória de secretário-geral, vista à distância, não passou de uma das primeiras manifestações da poderosa imaginação criadora dos ex-populares democráticos. Seguir-se-iam muitos outros números de génio (quem não se lembra da passagem do dr. Magalhães Mota pelo Comércio Interno...) até à surpreendente e espectacular mudança de nome, que tanto chocou, nos Açores, os admiradores do sr. Mota Amaral. As eleições para as autarquias viriam, contudo, revelar novas possibilidades, nunca previstas por partidos para quem a política é uma questão de princípios. Segundo partido em eleições anteriores, o PPD apagou-se, nesta campanha eleitoral, numa parte considerável do País: no Alentejo, por exemplo, quase não apresentou listas para Câmaras Municipais. O argumento de que o actual ministro da Agricultura dá garantias suficientes é convincente, mas não impede que a voluntária ausência de listas pépédistas seja curiosa.

Porém, o grande rasgo, guardou-o o PPD para o fim. Num curto comunicado ontem divulgado, o partido neo-social-democrata informou os seus simpatizantes de que o atentado da Póvoa de Santa Iria teve como objectivo afastar os eleitores libojectos das urnas, obrigando-os a ir buscar água fora da cidade... De tal modo conhecedores da psicologia bombista, os senhores do PPD não querem que, preocupados com o banho matinal, os seus militantes deixem de ir às urnas. O Povo de Lisboa também não deixará de ir.

(Pág. 7)

o diário

POR DIFAMAÇÃO E CALÚNIAS NA RTP

SINDICATOS AGRÍCOLAS PROCESSAM MINISTRO

Os Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Évora, Beja e Portalegre decidiram proceder criminalmente contra o ministro da Agricultura e Pescas, sr. António Barreto, em consequência das afirmações por ele proferidas há dias na RTP e RDP.

Simultaneamente, os três sindicatos decidiram, segundo o comunicado que ontem recebemos na nossa Redacção, exigir o direito de resposta às afirmações ministeriais na RTP.

No importante documento, os legítimos representantes dos assalariados agrícolas daqueles três distritos desmentem o ministro Barreto, defendem a Reforma Agrária e apelam às autoridades militares e civis, aos patriotas e democratas, aos trabalhadores do campo e da cidade que acompanhem os operários do Alentejo na sua firmeza, coragem e serenidade em defesa de uma das conquistas fundamentais da Revolução Portuguesa claramente consignada na Constituição da República.

Esse apoio ganha, de resto, um grande movimento, conforme iremos noticiando. Entre as entidades que responderam ao discurso eleitoral do ministro António Barreto conta-se o CRARA, através de um



documento que resumimos na pág. 20.

Entretanto, e salvo algumas provocações em pontos localizados do Alentejo, a situação mantém-se calma. A GNR ocupa, no distrito de Portalegre, a cooperativa-lagar do

Ervedal, criando uma situação que os próprios trabalhadores não desejam pois não atribuem grande importância àquela pequena unidade transformadora.

Na Lobata, herdade pertencente à UCP «Margem Esquerda» agora

ocupada por um agrário às ordens do CRRA de Beja, mantém-se igualmente a situação anterior. Entretanto, uma delegação dos chamados GDUPs avistou-se ontem com a direcção da UCP, por causa da anunciada concentração que aquela organização sustentada pela UDP/PCP (R) marcara para hoje. A Câmara Municipal de Serpa e os trabalhadores da «Margem Esquerda» não autorizaram tal iniciativa. Tendo os trabalhadores perguntado aos delegados a razão porque só agora, tantos dias após o início da luta na UCP, os GDUPs decidam fazer a manifestação, e logo na véspera das eleições, foi-lhes respondido: «Não sabemos». «O apoio de que precisamos é pelo trabalho. Mas não agora» — foi-lhes retorquido. A direita, aliás, esfregava já as mãos de contente com tal manobra. Dois jornais de Lisboa noticiavam ontem, falsamente, que a concentração tinha o apoio da Cintura Industrial de Lisboa. Tal atoarda foi desmentida em contacto directo para «o diário». A manifestação parece desmobilizada, embora, para evitar provocações, os trabalhadores da «Margem Esquerda» abandonem os piquetes e o local de trabalho hoje e amanhã.



PROVOCAÇÃO REACCIONÁRIA EM AMARANTE

Pág. 6

o diário

Director: Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • Nº 11 • Preço 4200 • 30.11.1976 • Propriedade de Editora Caravelas, S.C.

O voto de «o diário»

As primeiras eleições em liberdade formal para as autarquias locais realizam-se amanhã. Esse simples facto é já uma vitória da democracia em Portugal, como o foram os actos eleitorais anteriores. E se falamos em liberdade formal é porque, em certas regiões, a liberdade efectiva ainda não está acessível a todos os cidadãos, por razões pontuais e locais que não permitiram, dada a permanência e força da reacção, o exercício concreto da liberdade recuperada com o 25 de Abril de 1974. Ainda não será desta vez que as eleições vão ser disputadas em condições democráticas nessas regiões. Mas podem ser um passo importante.

Além de serem o último acto para a institucionalização do regime democrático no nosso País, as eleições para os órgãos de poder local assumem, por diversas circunstâncias, um peso político inesperado. Acabam por ser não somente um episódio regionalizado da vida política, mas outra vez uma etapa da própria Revolução, num momento em que a dialéctica progresso-reacção adquire uma agudização exemplar.

Nem o inevitável cansaço do eleitorado pode, dadas as circunstâncias especiais, levar os cidadãos portugueses a minimizar o escrutínio de amanhã. O objectivo destas eleições é, por si mesmo, de importância fundamental. Trata-se de ganhar a democracia para todas as regiões do País; trata-se de abater os caciques do regime fascista que ainda procuram manter a exploração e o obscurantismo entre as populações; trata-se, finalmente, de fazer cumprir a Constituição no que diz respeito à participação popular nos destinos do País.

DEFENDER A REVOLUÇÃO

Mas, nas condições actuais, o eleitor português vai votar por mais que isso. Vai votar a defesa da Revolução de Abril e das conquistas fundamentais que ela permitiu aos trabalhadores portugueses; vai votar para que essas conquistas se reforcem e avancem.

É tudo isso que volta a estar em causa. A direita reaccionária acelerou o seu ataque contra os trabalhadores e a democracia, sonhando já com o Poder; e o Governo PS, de cedência em cedência, de recuo em recuo, abriu as portas à direita no aparelho de Estado e compromete todas as conquistas, mercê de uma política suicida de recuperação capitalista e agrária, de claro teor antioperário, antidemocrático, por vezes anticonstitucional.

É preciso, por isso, que a esquerda portuguesa possa deter a direcção de um partido democrático como é o PS no seu actual caminho de isolamento progressivo que põe em causa o fundamental projecto democrático do País; é preciso reforçar a posição dos trabalhadores e do movimento de massas patriótico e progressista em defesa da Revolução e de tudo quanto ela representa para o futuro de Portugal; é preciso bater a direita reaccionária, os bombistas, os provocadores, os sabotadores, o imperialismo e seus representantes; é preciso votar pela Reforma Agrária, pela Constituição, pelo controlo operário, por sindicatos fortes e autónomos, pela independência e criatividade das organizações populares de base, por autarquias ao serviço do Povo e da democracia. É preciso derrotar o fascismo.

Para isso, impõe-se exercer, consciente e cabalmente, o direito de voto. Amanhã, domingo. É preciso dar o voto progressista para salvar o 25 de Abril e consolidar a democracia. A abstenção dos cidadãos progressistas seria um erro histórico. Alguns grupos pseudo-revolucionários, ao anteverem o fracasso de uma conduta aventureira que amanhã vai ser rotundamente derrotada, começaram já a aconselhar a abstenção. Alguns partidos, como o PS e o PPD, parecem ter contado muito com a renúncia dos eleitores, não querendo, a certa altura, atribuir a importância merecida ao acto eleitoral de amanhã. O CDS, partido da direita fascizante, jogou a fundo. O acordar do PS para a campanha constituiu um exemplo lamentável de destrambelhamento tático e político: o PS propagandeou, sobretudo, contra as forças progressistas, visando, no fundamental, o enorme movimento de massas unitário em volta da Frente Eleitoral Povo Unido e fazendo alianças tácitas com a direita onde entendeu poder captar votos nesse sector do eleitorado. Trata-se de um erro enorme que poderá ocasionar profundas repercussões dentro do próprio PS. E deu cobertura moral às provocações reaccionárias de intimidação que se avolumaram nos últimos dias contra a FEPU.

Neste conjunto de circunstâncias, repete-se aqui a posição desde o princípio assumida por «o diário»: o apoio ao grande projecto democrático e unitário da FEPU, que reúne listas de homens honrados em todos os concelhos do Continente e em grande parte das regiões autónomas, democratas filiados e não filiados em partidos, mas, todos eles, empenhados na vontade firme e comum de defenderem o Povo e a democracia contra os seus inimigos.

«o diário» vota «Povo Unido» porque tem a consciência plena de que esse voto é fundamental, é útil, é o voto em tudo e por tudo o que os trabalhadores desta casa defendem no dia-a-dia: a liberdade, a democracia real, uma vida mais justa para todos os portugueses, a independência nacional, a Constituição.

As «contas» do dr. Soares sobre a Previdência

por EUGÉNIO ROSA

Em 30 de Novembro passado, publicámos em «o diário» um artigo onde alertávamos os trabalhadores reformados, tanto do Regime Geral como do Especial, para os miseráveis aumentos nas pensões de reforma que o Governo PS tencionava fazer em 1977.

E tínhamos chegado àqueles valores (aumentos de 250\$00 e de 150\$00) com base nos números constantes dos Orçamentos da Previdência para 1976 e 1977, elaborados, respectivamente, pelo VI Governo Provisório e pelo actual Governo.

Poucos dias depois, o dr. Mário Soares, durante a sua intervenção eleitoralista perante as câmaras da TV, vem dar o dito pelo não dito, na medida que põe em causa, com as suas afirmações, o Orçamento da Previdência para 1977, elaborado pelo «seu» Governo, e apresentado recentemente à Assembleia da República. Na verdade, mesmo para pagar os diminutos aumentos de 700\$00 nas pensões mínimas de reforma, de que falou o Primeiro-Ministro, não existem, no Orçamento da Previdência para 1977, as verbas necessárias.

É isso que provaremos seguidamente.

FALTAM MAIS DE 2 MILHÕES DE CONTOS

O número actual de reformados, sem entrar em linha de conta com os da CP, ultrapassa os 339.000.

Por outro lado, cerca de 96% daquele número tem pensões de reforma compreendidas entre 2000\$00 e 3000\$00 (80% recebe mesmo apenas 2000\$00 por mês).

Portanto, para pagar um aumento de 700\$00 só para estes reformados seriam necessários 2,9 milhões de contos.

Paralelamente, para se poder pagar não só as pensões de reforma que estão actualmente em vigor, como os aumentos prometidos pelo dr. Mário Soares, aos 70.000 trabalhadores que atingirão a idade de reforma em 1977, serão necessários mais 2,6 milhões de contos.

Para além de tudo isto, há que entrar ainda em conta com os aumentos automáticos que se verificarão nos «complementos de cônjuge» para as esposas dos pensionistas casados, devido à subida registada nas pensões de reforma, já que aquelas são 20% destas. Como cerca de 60% dos trabalhadores reformados são casados, consequentemente serão necessários 672.000 contos para fazer face ao aumento que se verificará nos «complementos de cônjuge».

Finalmente, para pagar as subidas que também se registarão nas pensões dos reformados da CP (11.000), serão indispensáveis 164.000 contos.

Em resumo, para se poder pagar todos estes aumentos, a maioria deles resultantes do compromisso tomado pelo dr. Mário Soares perante a TV, serão necessários cerca de 6,4 milhões de contos. E isto supondo que as pensões

superiores a 3000\$00 não terão qualquer acréscimo.

No Orçamento da Previdência para 1977 estão inscritos 16 milhões de contos para pagar as pensões do Regime Geral.

Este número representa, em relação ao que efectivamente será pago em 1977, pela mesma rubrica (e aqui estamos a considerar não os valores constantes do Orçamento do corrente ano, mas sim os que serão pagos em 1977 tomando como base os pagamentos efectuados até Novembro deste ano), um aumento de menos de 4,4 milhões de contos. Portanto, faltam no Orçamento da Previdência para 1977 mais de dois milhões de contos para que possa ser cumprido o compromisso tomado pelo dr. Mário Soares na TV. É de perguntar: Onde vai o dr. Mário Soares buscá-los?

Tudo isto e o que se alinhará mais à frente, mostra de uma forma clara a levandade como foi elaborado o Orçamento da Previdência para 1977, e a maneira como estão a ser encarados os interesses legítimos dos trabalhadores reformados. Na verdade, o Governo PS preparava-se para fazer aumentos de 250\$00 e de 150\$00, respectivamente, nas pensões do Regime Geral e do Regime Especial. Face ao protesto imediato dos trabalhadores reformados, e com o objectivo de caçar votos, Mário Soares, durante a sua intervenção eleitoralista na TV, fala em aumentos de 700\$00. Agora não existem, no

Orçamento da Previdência para 1977, verbas inscritas para suportar tal acréscimo.

E isto já para não falar dos reformados do Regime Especial (os trabalhadores rurais), em relação aos quais o dr. Mário Soares não contestou os miseráveis aumentos que tínhamos referido no artigo anterior. Talvez porque não se movimentaram.

AS DIVIDAS À PREVIDÊNCIA AUMENTAM

O Orçamento da Previdência para 1977, apresentado pelo Governo PS à Assembleia da República, não é nem correcto nem realista, apenas pelas razões apresentadas.

Efectivamente, as receitas relativas a 1977 são superiores às despesas em 10,5 milhões de contos. E como pensa o Governo cobrir este défice? Através da recuperação das dívidas de anos económicos findos.

No entanto, a política do actual Governo, neste campo, tem levado ao aumento das dívidas à Previdência e não à sua diminuição. Alguns números:

Em Agosto de 1975, quando caiu o V Governo Provisório, as dívidas à Previdência rondavam os 5 milhões de contos. Em Dezembro de 1975, eram já 7 milhões de contos. E no fim de 1976, serão 14 milhões de contos (entre Janeiro e Abril de 1976, o agravamento médio das dívidas foi de 600 000 contos

por mês, quando de Janeiro a Agosto de 1975 foi apenas de 350 000 contos).

Por isso, e também porque a Previdência continua a suportar despesas que deviam ser pagas pelo Orçamento do Estado (ex.: com a saúde da população), aquela tem-se visto obrigada ou a descapitalizar ou a pedir dinheiro emprestado.

Assim, em Dezembro de 1975, foram transformados em dinheiro 3,5 milhões de contos de títulos; em Março de 1976, 1 milhão de contos; em Maio de 1976, mais 1 milhão de contos; em Julho de 1976, 900.000 contos; em Agosto de 1976, dois milhões de contos; e, em Setembro de 1976, 1,1 milhão de contos. Ao todo foram descapitalizados títulos no valor de 9,5 milhões de contos, neste curto período de tempo. Mas em Dezembro, a Previdência enfrenta de novo graves dificuldades. Ela precisa de 2,7 milhões de contos para poder pagar as pensões em dívida. E não os tem. Novos empréstimos? Nova descapitalização de títulos? Mas estes, em Dezembro de 1976, atingiam apenas 4,6 milhões de contos, incluindo títulos do Estado (1,2 milhões de contos), obrigações com garantia do Estado (0,2 milhões de contos), obrigações sem garantia do Estado (1 milhão de contos), e acções de empresas (2,2 milhões de contos). Em suma, ao ritmo de delapidação verificado em 1976, estes 4,6 milhões de contos para poucos mais meses chegarão.



MART

Arnaldo Gouveia denuncia cartazes

A utilização abusiva pelos «GDUPS» do nome e da fotografia de Arnaldo Gouveia, primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal, é denunciada num comunicado assinado pelo próprio. Nesse comunicado, Arnaldo Gouveia afirma ter, de facto, acreditado inicialmente «nas promessas dos GDUPS», embora, depois disso, se tenha «apercebido da realidade». Por isso,

protesta contra a utilização do seu retrato «em cartazes e manifestos dos «GDUPS» sem qualquer autorização sua. Ao denunciar, no mesmo comunicado, «cavalheiros que se querem servir de um homem que uma vida inteira labutou e procedeu honradamente», Arnaldo Gouveia declara que o seu nome «só poderá estar onde estiverem os trabalhadores e onde os seus interesses sejam firmemente defendidos».

PUB.

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL AOS TRABALHADORES SECTOR DO MATERIAL ELÉCTRICO O PATRONATO DIZ NÃO ÀS NEGOCIAÇÕES DIRECTAS...

CAMARADAS:

Hoje dia 9-12-76 a Comissão Negociadora Sindical compareceu pelas 14 horas na sede da Associação dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico, dando cumprimento à posição que assumiu em 25-11-76.

A posição da Comissão Sindical, tinha por objectivo demover o patronato da sua atitude intransigente e provocatória, ao apresentar uma proposta de tabela salarial, igual à que está em vigor desde Março de 1975.

Comprovando inequivocamente que a esmagadora maioria dos trabalhadores, está solidária com a sua Comissão Negociadora e apoiou em absoluto a decisão tomada, o Plenário do dia 4-12-76, realizado simultaneamente no Porto, Ovar e Lisboa, ratificou essa decisão e decidiu que se fizesse uma paralisação do sector no dia 7-12-76 com a duração de 1 hora.

A paralisação correspondeu de facto à posição da maioria dos trabalhadores, pois foi cumprida com firmeza, numa clara demonstração de unidade e mobilização pelos OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS DO C.C.T.

O patronato utilizou diversas formas e estratégias, tentando confundir e desmobilizar os trabalhadores da sua luta, nomeadamente falsas informações e comunicados na Imprensa diária, promessas de aumentos salariais individuais (Empresa J. Santos) e ameaças de despedimento.

CAMARADAS:

O PATRONATO NÃO SE APRESENTOU PARA NEGOCIAR, MAS REQUEREU A CONCILIAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.

A Comissão Negociadora Sindical foi convocada para essa conciliação, que irá ter lugar em 10-12-1976 pelas 10 horas.

Neste momento, a Comissão Sindical não pretende desprezar nenhuma hipótese real de negociação directa ou com a participação do Ministério do Trabalho.

PORÉM PARA QUE A NEGOCIAÇÃO, OU CONCILIAÇÃO SEJA POSSÍVEL É ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIO, como já foi declarado pela Comissão Sindical e ratificado pelos trabalhadores, QUE O PATRONATO REFORMULE A SUA PROPOSTA DE TABELA SALARIAL, aproximando-a realmente da proposta sindical que visa actualizar os salários dos trabalhadores com base no aumento do custo de vida.

As entidades patronais ao requererem a conciliação estão implicitamente a reconhecer **A POSSIBILIDADE DE ALTERAR A SUA PROPOSTA.**

Mas, não podemos ter ilusões, o patronato quer voltar às condições de exploração que praticava antes do 25 de Abril.

Neste momento é imprescindível que todos os trabalhadores se mantenham mobilizados com a jornada de luta que foi o dia 7-12-76.

Devem os trabalhadores estar constantemente informados e organizados, para defenderem as suas conquistas:

- SALÁRIOS PARA 1976/77, NÃO PARA 1975
- DIREITO AO TRABALHO, NÃO AOS DESPEDI-
MENTOS
- NÃO AO 2.º ESCALÃO

A COMISSÃO SINDICAL NEGOCIADORA

«POVO UNIDO» DENUNCIA

«Reacção montou manobra provocatória em Amarante»

A M A R A N T E — Encontram-se detidos três jovens acusados de terem sido os responsáveis pela deflagração de «um petardo de fraca potência», segundo as autoridades, verificada anteontem, pelas 3 horas da madrugada, no lugar de Gouveia, em S. Simão, Amarante. O engenho, colocado no buraco de uma parede de resguardo da estrada, provocou danos ligeiros no muro.

De acordo com a informação que nos foi fornecida ontem de manhã, pelo comandante do posto da GNR desta vila que se deslocou ao local 6 horas após o rebentamento, as autoridades demoraram cerca de 90 minutos até deterem Armando Lima Monteiro e Fernando Manuel Pinheiro da Costa, ambos de 18 anos e mineiros de profissão. Inicialmente, eram acusados de trabalhar, numa exploração de águas, com explosivos que não haviam sido adquiridos e legalizados para aquela obra. Conduzidos ao posto desta vila, confessaram a autoria do rebentamento, indicando que também havia participado outro jovem, Artur Mesquita Monteiro, agricultor, 21 anos, que foi detido ao fim da tarde de ontem.

Ainda segundo o comandante da GNR de Amarante, as suspeitas da autoria da deflagração

inicialmente recaíram sobre um grupo de 6 pessoas que haviam assistido a uma sessão de esclarecimento do PPD realizada, horas antes, em S. Simão e que não haviam manifestado qualquer interesse pelos princípios ali defendidos. Interrogado se os detidos haviam sido apresentados ao tribunal, o comandante do posto negou, revelando-nos que «uma vez que se trata de um assunto de foro militar, os detidos seriam, na tarde de ontem, entregues no quartel general da Região Militar do Norte». Além disso, excluiu a hipótese de os presos estarem ligados a qualquer organização política. Segundo nos declarou, o propósito confessado pelos três jovens seria «meter medo ao povo».

Entretanto, pouco depois, o ajudante de campo do brigadeiro Pires Veloso, alferes Rocha, transmitiu-nos um comunicado da Região Militar do Norte a propósito do caso que, de certo modo, contraria a versão fornecida pelo comandante do posto da GNR de Amarante acima referido.

Após relatar os factos, o comunicado revela que «a GNR capturou os seus autores que foram: Armando Lima Monteiro e Manuel Pinheiro da Costa, ambos mineiros, residentes na localidade citada. Confessaram tratar-se de um engenho constituído por

4 petardos de amonite e um detonador que colocaram com intenção de assustar simpatizantes do PSD/PPD que iam realizar um comício na localidade. São afectos à FEPU. Foram entregues ao juiz de instrução criminal da comarca.

«De realçar — acrescenta o comunicado — o papel pronto e eficaz desempenhado pela GNR».

FEPU: MANOBRA ELEITORAL REACCIÓNÁRIA

Entretanto, a Comissão Coordenadora do Porto da Frente Eleitoral Povo Unido, num comunicado divulgado ao fim da tarde de ontem, após citar a referência a que os detidos seriam «afectos à FEPU», afirma ser «evidente estarmos perante uma provocação perfeitamente montada pelas forças reaccciónárias, realizada

a escassas horas do termo da campanha eleitoral, com o objectivo inconfessável de influir nos resultados eleitorais e de procurar impedir a grande vitória que se avizinha da Frente Eleitoral Povo Unido».

«Não deixa de ser significativo — sublinha o comunicado — que ainda a notícia em causa não tinha sido transmitida pelos órgãos de informação, já um carro sonoro do PPD percorria a cidade do Porto a dar publicidade a tal provocação».

E o comunicado conclui: «A FEPU, desde a sua formação e ao longo da campanha eleitoral, tem combatido vigorosamente o terrorismo e denunciado as forças políticas — CDS e PPD — que têm estado há mais de um ano por trás dos assaltos a sedes de partidos democráticos e de organizações de trabalhadores, dos atentados bombistas, e das mais grosseiras violações das liberdades democráticas».

«VIOLÊNCIAS SOBRE PRESOS»

Militares respondem em processo criminal

O general Ramalho Eanes, na sua qualidade de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, ordenou o apuramento da responsabilidade criminal dos quadros permanente e do complemento envolvidos no relatório oficial recentemente publicado pela «Comissão de averiguação de violências sobre presos sujeitos às autoridades militares» — segundo confirmaram à Anop fontes oficiais.

Em mensagem dirigida aos chefes dos três ramos das Forças Armadas e aos comandantes das forças militarizadas e de segurança,

o general Ramalho Eanes, após considerar que «a gravidade dos actos praticados excede a infracção disciplinar», determina que a responsabilidade de será averiguada «de acordo com o apurado pela Comissão de Averiguação, atendendo ao facto de estarem envolvidos nos actos praticados, militares sem graduação, cumprindo ordens militares do quadro de complemento servindo interesses partidários, e oficiais do quadro permanente».

Na mensagem salienta-se que «será o quadro permanente a primeira hierarquia a ser responsabilizada».

POR SABOTAGEM Ex-empresários com bens congelados

Segundo um despacho do secretário de Estado do Tesouro, ontem inserto no «Diário da República», são congelados os bens pessoais de Vasco João Scazzola Tabor da Ferreira, Helena Maria Correa de Sá Tabor da Ferreira e António Macieira Coelho. Em conformidade com

o referido despacho governamental, este congelamento de bens é motivado pelas conclusões do relatório elaborado pela Comissão Administrativa da EFICO — Empresa de Iniciativas Financeiras e Promoção Económica, SARL.

Ministro das Finanças dá posse a directores-gerais

Em cerimónia presidida pelo ministro das Finanças, Medina Carreira, foram ontem empossados os novos directores-gerais do Tesouro e da Contabilidade Pública, drs. Manuel Raminho Alves de Melo e Lourenço Gomes, respectivamente.

Nos discursos os empossados salientaram a necessidade de «modernidade, eficácia e eficiência» na gestão orçamental, e enquanto o ministro fez questão de

contestatar que «em larga medida, a eficácia da governação assenta na qualidade da administração pública».

Assistiram o ministro do Plano e da Coordenação Económica, eng.º Sousa Gomes, um representante do ministro da Administração Interna, os secretários de Estado do Orçamento, das Finanças e do Tesouro e o comandante geral da Guarda Fiscal.

PUB. **PORTO**

Tendo sido primitivamente um acampamento romano, o Porto tornou-se com o decorrer dos séculos na segunda cidade do País e ao mesmo tempo um importante centro comercial e industrial. Pela sua acção contra os mouros, contra o domínio castelhano de Filipe II, contra os exércitos de Napoleão e nas lutas liberais, os seus habitantes mostraram sempre coragem e valor, conquistando para o Porto a fama de «Cidade Invicta».

Modernizada, mas sem perder a originalidade que tanto encanta os visitantes, esta cidade de grandes artistas, conhecida em todo o mundo pelo vinho a que deu o nome, conta com inúmeras obras de elevado nível artístico, que se recomendam ao turista e entre as quais se destacam: a Sé Catedral (românica), as Igrejas de Cedofeita (românica), S. Francisco (gótica), do Carmo (barroca) e Clérigos, o Palácio da Bolsa, os Museus Soares dos Reis, Guerra Junqueiro e ainda o Museu Etnográfico.

CONHEÇA O PORTO EM FIM DE SEMANA
Transporte em autocarro e alojamento no confortável e categorizado, **GRANDE HOTEL DA BATALHA**.
Partidas — Todas as sextas-feiras da nossa Agência às 15.30. Chegada ao Porto cerca das 21.00 horas.
Regresso — Às segundas-feiras o autocarro passará no hotel às 08.00 horas. Chegada a Lisboa cerca das 14.30.
Preços por pessoa — Em quartos de duas pessoas c/banho

	C/ transporte	S/ transporte	Noite extra
Quarto e pequeno almoço	1.140\$00	790\$00	230\$00
Meia-pensão	1.650\$00	1.300\$00	400\$00
Pensão completa	2.250\$00	2.170\$00	690\$00
Suplemento p/ quarto individual	180\$00	180\$00	60\$00

informações e inscrições:

mundial turismo LISBOA: AV. ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, 90 B TEL. 9691 22 24
PORTO: RUA ENTRE FARDEDES 17 TEL. 2654

PUB. **branco e negro**

«o diário» vende-se PORTO SANTO (Madeira) no Café Beirão